

# CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA PARA MOEDA ESTRANGEIRA: UM ESTUDO COMPARATIVO

**FREDERICO MENDES**

**CARLA CRISTINA FERNANDES DE QUEIROZ**

## **Resumo:**

*Muitas empresas no Brasil estão realizando negócios fora do país, com isso elas têm necessidade de apresentar Demonstrações Contábeis em moeda de poder aquisitivo forte e nos mesmos moldes a que os investidores estrangeiros estão acostumados a analisar, assim, algumas destas empresas incluem em seus demonstrativos, a Demonstração de Fluxo de Caixa, que embora não tenha sua apresentação exigida por lei no Brasil, é muito utilizada em outros países, pois mostra de forma clara como anda a saúde financeira da empresa. Diante disto as empresas convertem suas demonstrações utilizando a metodologia mundialmente aceita proposta pelo FASB, mas que não considera os efeitos da inflação do país de origem das mesmas. O propósito deste trabalho é mostrar uma nova alternativa de conversão que considere os efeitos da inflação ao se realizar a conversão das demonstrações e assim evitar possíveis distorções nos números apresentados, e isto foi conseguido com a utilização do Modelo Brasileiro de Correção Integral que dá o devido tratamento às questões inflacionárias durante a realização do processo de conversão.*

**Área temática:** *Novas Tendências Aplicadas na Gestão de Custos*

## **Conversão de Demonstração de Fluxo de Caixa para Moeda Estrangeira: Um Estudo Comparativo**

### **Resumo**

Muitas empresas no Brasil estão realizando negócios fora do país, com isso elas têm necessidade de apresentar Demonstrações Contábeis em moeda de poder aquisitivo forte e nos mesmos moldes a que os investidores estrangeiros estão acostumados a analisar, assim, algumas destas empresas incluem em seus demonstrativos, a Demonstração de Fluxo de Caixa, que embora não tenha sua apresentação exigida por lei no Brasil, é muito utilizada em outros países, pois mostra de forma clara como anda a saúde financeira da empresa. Diante disto as empresas convertem suas demonstrações utilizando a metodologia mundialmente aceita proposta pelo FASB, mas que não considera os efeitos da inflação do país de origem das mesmas. O propósito deste trabalho é mostrar uma nova alternativa de conversão que considere os efeitos da inflação ao se realizar a conversão das demonstrações e assim evitar possíveis distorções nos números apresentados, e isto foi conseguido com a utilização do Modelo Brasileiro de Correção Integral que dá o devido tratamento às questões inflacionárias durante a realização do processo de conversão.

**Palavras-chave:** Custo histórico corrigido, Demonstração de fluxo de caixa, Moeda estrangeira.

### **Área Temática: Novas Tendências Aplicadas na Gestão de Custos**

#### **1. Introdução**

Com a globalização as empresas realizam negócios fora de seu país de origem, o que torna necessário que estas empresas convertam suas Demonstrações Contábeis para uma moeda considerada forte (neste trabalho será utilizado a moeda norte-americana dólar), moeda esta que não sofre tanto com os efeitos das taxas de inflação, e que elas estejam em conformidade com os Princípios Fundamentais de Contabilidade adotados nos países com os quais se deseja realizar negócios. Algumas destas empresas já incluem uma demonstração que embora ainda não seja obrigatória por lei, é excelente em evidenciar os saldos gerais do caixa, que é a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC).

Hernandez (1999) afirma que existem metodologias que indicam como deve ser feito todo o processo de conversão de Demonstrações Contábeis para outra moeda, a mais utilizada é o FAS 52 que é mundialmente aceito. Mas com a conversão feita, os números encontrados podem apresentar distorções consideráveis, pois o FAS 52 não leva em consideração as taxas de inflação existentes no país de origem das Demonstrações Contábeis. O que pode ser diminuído utilizando o Modelo Brasileiro de conversão.

Diante do exposto, o problema a ser estudado no decorrer deste trabalho é: Quais as principais divergências encontradas na conversão da Demonstração de Fluxo de Caixa para moeda estrangeira pelo critério do Financial Accounting Standards Board (FASB) e pelo Modelo Brasileiro?

Esta pesquisa apresenta como principal objetivo comparar as Demonstrações de Fluxo de Caixa convertidas para o dólar, pelo critério utilizado pelo FASB e pelo Modelo Brasileiro.

Para se chegar a este objetivo será necessário analisar o critério de conversão de Demonstrações Contábeis para o dólar pelo FAS 52; apresentar o Modelo Brasileiro de

contabilidade pela Correção Monetária Integral; examinar a estrutura da Demonstração de Fluxo de Caixa; simular, através de um exemplo teórico, a conversão da Demonstração de Fluxo de Caixa pelos critérios do FASB e pelo Modelo Brasileiro e interpretar os resultados obtidos na simulação.

Será uma pesquisa básica em relação a sua natureza, qualitativa do ponto de vista da abordagem do problema e, quanto aos seus objetivos, por ter como procedimento técnico o levantamento bibliográfico e proporcionar maior familiaridade com o problema, explicativa.

Espera-se, ao término deste trabalho, identificar se existem distorções quando são feitas as conversões de Demonstrações Contábeis pela metodologia do FAS 52, que não considera os efeitos da inflação, e sugerir uma nova maneira de se processar estas conversões considerando o efeito inflacionário e assim diminuir possíveis distorções nos números, que possam acontecer.

## **2. Conversão de Demonstrações Contábeis**

### **2.1. Objetivos das Conversões de Demonstrações Contábeis**

O objetivo principal do profissional que realiza conversões de Demonstrações Contábeis para moeda estrangeira é obter demonstrações em moeda de poder aquisitivo forte, não sujeita aos efeitos da inflação.

Durante décadas, os brasileiros conviveram com um sistema econômico altamente inflacionário, diante disto diversas empresas no Brasil mantinham, para fins gerenciais, sistema de contabilidade em moeda estrangeira considerada forte; atualmente, com o sucesso do Plano Real, os brasileiros têm convivendo com inflação extraordinariamente baixa para os padrões a que eles estavam habituados, mas que, com o passar do tempo, mesmo essas baixas taxas de inflação se acumulam, provocando distorções nos números das Demonstrações Contábeis, isto faz com que as empresas optem por converter suas demonstrações para uma moeda forte, pois esta será capaz de evidenciar a real situação da empresa. Hernandez (1999).

Através da conversão o investidor estrangeiro pode ter um melhor acompanhamento de seus investimentos, já que as demonstrações convertidas estarão expressas na moeda corrente de seu próprio país, e de acordo com os critérios contábeis a que esses investidores estão acostumados. Hernandez (1999).

“Para converter um saldo contábil ou uma operação em moeda local para uma moeda estrangeira é necessária à determinação de uma taxa de câmbio”. (RUIZ, 1999, p.5). Segundo Hernandez (1999) existem três métodos de conversão:

✓ Câmbio de Fechamento: neste método, todos os itens das Demonstrações Contábeis são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de encerramento do exercício, é a taxa corrente, esta taxa é utilizada quando se convertem as demonstrações segundo a metodologia do FAS 52.

Hernandez (1999) afirma que este método somente é aplicável em países de economia estável, pois em economias inflacionárias, o valor convertido de alguns itens não representaria seu valor em moeda norte-americana de acordo com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos da América (USGAAP).

✓ Método do Monetário (disponibilidades, direitos ou obrigações que serão realizados ou exigidos em dinheiro) e Não Monetário (bens, e direitos ou obrigações que serão realizados ou exigidos em bens ou serviços): neste método os itens monetários são convertidos pela taxa corrente, os itens não monetários pela taxa histórica. Este método é a

melhor opção quando se realiza conversões de Demonstrações Contábeis oriundas de países com moeda inflacionária, pois como ele separa os itens, é possível dar os devidos tratamentos aos itens sujeitos às questões relacionadas à inflação.

Hernandez (1999) afirma que este método era adotado pelo FAS 8 e era considerado adequado para conversão de Demonstrações Contábeis elaboradas em países que adotam o princípio contábil do custo histórico para avaliação dos ativos e passivos não monetários, mas não para aqueles países que utilizam o princípio do custo corrigido monetariamente ou custo de reposição.

✓ Método Temporal: este método é uma combinação dos dois anteriores, e pode ser aplicado em quaisquer circunstâncias de economia ou princípios contábeis.

Hernandez (1999) afirma que por este método, os itens patrimoniais são classificados de acordo com a base de valor adotada para avaliação, que pode ser: valor passado, valor presente ou valor futuro.

### **2.3. Taxas de Conversão**

Hernandez (1999) afirma que para convertamos um saldo contábil ou uma operação em moeda local para a moeda estrangeira é necessária à determinação de uma taxa de câmbio, ele diz ainda que, dependendo das circunstâncias e características dos itens contábeis, poderão ser utilizadas as seguintes taxas para conversão:

- ✓ Taxa Histórica: taxa de câmbio vigente na época de ocorrência do fato;
- ✓ Taxa Corrente: taxa de câmbio vigente no dia em que determinada operação está sendo realizada ou em que o exercício social está sendo encerrado, esta taxa também é chamada de câmbio de fechamento;
- ✓ Taxa de Fechamento: taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Contábeis;
- ✓ Taxa Média: média aritmética das taxas de câmbio vigentes durante determinado período, normalmente um mês, apurada por média aritmética ponderada, de forma que melhor represente a evolução das taxas de câmbio durante o período;
- ✓ Taxa Projetada ou Prevista: apesar de não prevista no FAS 52, algumas empresas estão utilizando taxas projetadas para datas futuras, principalmente em economias hiperinflacionárias. Essas taxas são utilizadas para converter itens com valor fixo em moeda nacional e vencimento futuro;
- ✓ Valor da taxa de câmbio: geralmente, é utilizada a taxa de venda de câmbio comercial praticada pelo governo.

Estas são as opções de taxas a serem utilizadas no processo de conversão. Cabe aos gestores das empresas escolher qual a taxa que melhor se adapte a seus objetivos, principalmente se a conversão for realizada para fins gerenciais.

### **2.4. Históricos e Aplicações dos SFAS 52 e 95**

O FAS 52 definiu novos objetivos de conversão e introduziu conceitos para atingi-los. Ele veio a substituir o FAS 8 que tratava da contabilização de transações em moeda estrangeira e de conversão de Demonstrações Contábeis. O FAS 52 foi criado para ser utilizado em empresas de países que tenham moeda não inflacionária. Hernandez (1999) cita os objetivos da conversão como sendo:

- ✓ Fornecer informações compatíveis com os efeitos econômicos esperados de uma alteração de taxas de câmbio sobre o patrimônio e fluxo de caixa de uma empresa;

✓ Refletir nas Demonstrações Contábeis consolidadas as relações e resultados financeiros calculados na moeda principal (moeda funcional) em que cada entidade conduz suas operações.

Quando se aplica o FAS 52 no Brasil, para se converter Demonstrações Contábeis em reais para o dólar, se obtém valores distorcidos da realidade, e que se forem considerados, podem levar a um entendimento fora da realidade da situação econômico-financeira da empresa, pois ainda temos uma moeda com altos índices de inflação (o critério considerado internacionalmente é de que uma moeda é hiperinflacionária, para fins contábeis, quando atinge 100% de inflação acumulada em três anos, o que significa uma inflação média pouco inferior a 2% ao mês). (CONVERSÃO...1995 b).

Quando se trata de conversão de Demonstração de Fluxo de Caixa para o dólar, deve-se seguir o FAS 95, o qual o FASB tornou obrigatório como parte integrante das Demonstrações Financeiras em substituição às demonstrações de mutações da posição financeira. (BARBIERI, 1995, p.19),

O FAS 95, apresenta duas alternativas para a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa, são elas o Método Direto e o Método Indireto, os quais serão brevemente comentados no tópico referente à Demonstração de Fluxo de Caixa.

A Demonstração de Fluxo de Caixa de uma empresa com transações em moeda estrangeira ou com operações no exterior deve apresentar fluxos de caixa que foram preparados utilizando taxas de câmbio vigentes no momento em que cada operação ocorreu. O uso de uma taxa média de câmbio em um determinado período deve ocorrer se o resultado é substancialmente o mesmo de quando se utilizam as taxas vigentes na ocorrência da operação. As subsidiárias no exterior geralmente usam essas variações de taxas de câmbio, em um método que reflete essas variações da taxa de câmbio em todos os itens classificados como fluxos de caixas das atividades operacionais, de investimento e de financiamento. (FAS 95, 1987). Tradução da Autora.

Sendo assim, o FASB sugere que os itens componentes das Atividades Operacionais sejam convertidos pelo dólar médio, enquanto que as demais atividades devem ser convertidas pela cotação do dólar vigente na data em que as transações ocorreram, as diferenças encontradas são alocadas ao item chamado de Ganhos e Perdas na conversão.

## 2.5. Conceitos e Históricos do Modelo Brasileiro

“Em economias com elevado grau de inflação, em que a moeda nacional sofre variações significativas em seu poder aquisitivo, o registro das transações pelo valor histórico perde sua representatividade”. (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2000, p.442), Por este motivo será aqui apresentado o Modelo Brasileiro, que é a Correção Monetária Integral das Demonstrações Contábeis. Este método consiste em converter todos os itens das Demonstrações Contábeis pela moeda vigente no final do exercício.

A correção monetária do ponto de vista conceitual, nada mais é do que a introdução de uma segunda moeda no sistema econômico para suprir a deficiência de algumas das funções da moeda. De fato, como num contexto inflacionário, a moeda legal não é mais adequada para desempenhar as funções de reserva de valor e de unidade de conta para pagamentos diferidos, é natural que se buscasse um artifício como o da indexação, para suprir tais funções. (ENDO, 1988, p.12).

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000) afirmam que a finalidade maior do sistema de Correção Integral é produzir demonstrações em uma única moeda para todos os itens componentes dessas demonstrações, além de explicitar os efeitos da inflação sobre cada conta, por isso é necessária a adoção de um índice que reflita a perda do poder de compra da

moeda corrente, por este índice são atualizados os saldos contábeis e reconhecidos seus efeitos no resultado do exercício.

No Brasil, com a finalidade de diminuir os efeitos da inflação nas Demonstrações Contábeis, foi instituída através do artigo 185 da Lei nº 6.404/76 a Correção Monetária, que foi complementada pelo Decreto-lei nº 1.598/77, o qual determinava que todas as pessoas jurídicas que apuravam seus resultados através do Lucro Real, eram obrigadas a adotar a correção nas suas demonstrações. Em 19 de maio de 1987, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio da Instrução nº 64 normatizou a Correção Monetária Integral, exigindo que as empresas de capital aberto apresentassem suas Demonstrações Contábeis elaboradas em moeda de poder aquisitivo constante, que é à base da correção integral. Posteriormente a CVM emitiu a Instrução nº 191/92, que instituiu a Unidade Monetária Contábil (UMC) como unidade de referência a ser utilizada pelas companhias abertas para elaborar suas demonstrações pela metodologia da Correção Monetária Integral. Nesta Instrução no artigo 4º a CVM considera as disponibilidades como sendo itens monetários, e no art.9º ela dispõe sobre os ganhos e perdas gerados pelos itens monetários, que são os ganhos ou perdas no caixa. (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2000, p.443).

Eles citam ainda algumas vantagens decorrentes da aplicação da Correção Monetária Integral: apresenta os efeitos da inflação em todos os elementos das Demonstrações Contábeis, corrige saldos finais de itens não monetários (como estoques e despesas antecipadas) que não eram considerados na Legislação Societária e determina a inclusão do ajuste a valor presente nos valores prefixados de contas a receber e a pagar.

Pelo art.4º da Lei nº 9.249/95, foi revogada a correção monetária das Demonstrações Contábeis, ficando vedada à utilização da metodologia de Correção Monetária Integral. Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000), concluem afirmando que tudo o que se avançou com a Lei nº 6.404/76 foi jogado fora pela Lei nº 9.249/95.

O Conselho Federal de Contabilidade em sua Resolução nº 900/01, art.1º afirma que a aplicação do “Princípio da Atualização Monetária” é compulsória quando a inflação acumulada no triênio for de 100% ou mais.

### **3. Demonstração de Fluxo de Caixa**

#### **3.1. Conceito e Objetivos da Demonstração de Fluxo de Caixa**

Um fluxo de caixa é um aumento ou diminuição nas contas caixa e equivalentes a caixa resultantes de uma transação. Sendo que estes equivalentes à caixa incluem investimentos de curto prazo de alta liquidez, como papéis do Tesouro, títulos comerciais e fundos do mercado financeiro. A Demonstração de Fluxo de Caixa foi introduzida nos Estados Unidos da América pelo FASB em novembro de 1987 em substituição à Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos.

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000) afirmam que o objetivo primário da Demonstração de Fluxo de Caixa é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos durante um determinado período.

Embora a apresentação da Demonstração de Fluxo de Caixa ainda não seja obrigatória no Brasil, muitas empresas a elaboram, pois esta demonstração quando analisada em conjunto com as demais Demonstrações Contábeis, proporciona aos usuários conhecer informações que fundamentam decisões econômico-financeiras dos gestores e investidores. Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000) citam algumas vantagens que a DFC oferece aos usuários, permitindo que eles avaliem:

- ✓ A capacidade de a empresa gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa;

- ✓ A capacidade de a empresa honrar seus compromissos, pagar dividendos e retornar empréstimos obtidos;
- ✓ A liquidez, a solvência e a flexibilidade financeira da empresa;
- ✓ A taxa de conversão do lucro em caixa;
- ✓ O grau de precisão das estimativas passadas de fluxos futuros de caixa;
- ✓ Os efeitos, sobre a posição financeira da empresa, das transações de investimento e financiamento.

### **3.2. Composição da Demonstração de Fluxo de Caixa**

Para facilitar a comparação entre as Demonstrações de Fluxo de Caixa das diversas companhias, o FASB exige que as empresas sigam regras preestabelecidas na elaboração destas demonstrações. A maioria das empresas segue essas regras tanto nos relatórios internos como nos relatórios externos. Uma das exigências do FASB é que as Demonstrações do Fluxo de Caixa se dividam em três seções: Atividades Operacionais, Atividades de Investimentos e Atividades de Financiamento. (NOREEN; GARRISON, 2001, p. 553).

Essas seções são formadas após a classificação da natureza de cada operação. Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000) resumem as orientações para a classificação das transações em cada um destes grupos:

- ✓ Atividades Operacionais: envolvem as atividades relacionadas com a produção e entrega de bens e serviços e os eventos que não sejam definidos como atividades de investimentos e financiamento. As entradas são os recebimentos à vista, e as saídas os pagamentos.
- ✓ Atividades de Investimento: relacionam-se normalmente com o aumento e diminuição dos ativos de longo prazo que a empresa utiliza para produzir bens e serviços. Incluem a concessão e recebimento de empréstimos, a aquisição e venda de instrumentos financeiros e patrimoniais de outras entidades e a aquisição e alienação de imobilizado.
- ✓ Atividades de Financiamento: relaciona-se com os empréstimos de credores e investidores à entidade. Incluem a obtenção de recursos dos donos e o pagamento a estes de retornos sobre seus investimentos ou do próprio reembolso do investimento; incluem também a obtenção e amortização ou liquidação destes; e também a obtenção e pagamento de recursos de/a credores via créditos de longo prazo.

Barbieri (1995) afirma que o pronunciamento do FASB nº 95, que tornou obrigatória a Demonstração de Fluxo de Caixa como parte integrante das Demonstrações Financeiras, em substituição às demonstrações de mutações na posição financeira, preconizou duas formas de apresentação de Fluxo de Caixa: o método Indireto: consiste na demonstração dos recursos provenientes das Atividades Operacionais a partir do lucro líquido, ajustado pelos itens que afetam o resultado, mas que não modifiquem o caixa da empresa. Este método faz a conciliação entre o lucro líquido e o caixa oriundo das operações enquanto o método Direto: distingue-se do indireto pela apresentação dos recursos provenientes das operações. Este método mostra as entradas e saídas de dinheiro, provenientes das atividades operacionais, como venda de produtos e serviços e os pagamentos a fornecedores e empregados.

## **4. Modelo Brasileiro de Conversão da Demonstração de Fluxo de Caixa**

### **4.1. Exemplo Teórico**

Com o objetivo de se realizar a conversão para o dólar de uma Demonstração de Fluxo de Caixa elaborada a partir de um exemplo teórico sugerindo um novo modelo, apresentam-se

a seguir as tabelas 1, 3, 4, e 5 que contém, respectivamente, os Balanços Patrimoniais de dois exercícios, a Demonstração de Resultado do Exercício e a Demonstração de Fluxo de Caixa, primeiramente elaborados pela Legislação Societária e Fiscal Brasileira, a seguir convertidos para o dólar pelos critérios do FAS 52, depois o exemplo elaborado pela Legislação Societária e Fiscal Brasileira corrigidos pelo Modelo Brasileiro de Correção Integral e finalmente o Modelo Brasileiro convertido para o dólar.

Todas as demonstrações foram apresentadas em conformidade com os Princípios Fundamentais de Contabilidade adotados no Brasil e em consonância com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos da América (USGAAP). Na elaboração e resolução do exemplo teórico, foram utilizados indexadores fictícios, e cotações reais de dólares, extraídos da página eletrônica do Banco Central do Brasil.

A conversão dos itens do Balanço Patrimonial foi realizada utilizando a cotação do último dia de cada de cada ano, exceto o Capital Social que foi convertido pelas cotações dos dias de sua integralização em 31/12/1999, e de Aumento do mesmo em 31/03/2001.

A conversão da Demonstração de Resultado do Exercício foi realizada utilizando a cotação média do dólar durante o ano de 2001.

A Demonstração de Fluxo de Caixa foi montada pelos Métodos Direto e Indireto respectivamente, e convertida pela metodologia do FASB e pela metodologia proposta pelo Modelo Brasileiro de Correção Integral.

**Tabela 1 - Exemplo Teórico**  
**Balanços Patrimoniais em 2000 e 2001**

	31/12/00 <sup>(1)</sup>	31/12/00 <sup>(2)</sup>	31/12/01 <sup>(1)</sup>	31/12/01 <sup>(2)</sup>	31/12/00 <sup>(3)</sup>	31/12/00 <sup>(4)</sup>	31/12/01 <sup>(3)</sup>	31/12/01 <sup>(4)</sup>
Caixa	31.500,00	16,108.24	79.000,00	34,045.85	37.800,00	16,290.29	79.000,00	34,045.85
Bancos	7.500,00	3,836.53	215.000,00	92,656.44	9.000,00	3,878.64	215.000,00	92,656.44
Clientes	150.000,00	76,711.65	195.000,00	84,038.23	172.385,26	74,291.18	184.075,28	79,329.11
Estoques	180.000,00	92,052.78	225.000,00	96,966.04	202.236,80	87,156.02	210.491,55	90,713.48
IR pago antecipadamente	-	-	-	-	1.597,83	688.60	-	-
Imobilizado	450.000,00	230,130.94	525.000,00	226,254.10	540.000,00	232,718.50	570.000,00	245,647.30
Depreciação Acumulada	(90.000,00)	(46,026.39)	(67.500,00)	(29,090.81)	(108.000,00)	(46,543.70)	(81.000,00)	(34,907.77)
<b>ATIVO</b>	<b>729.000,00</b>	<b>372,813.75</b>	<b>1.171.500,00</b>	<b>504,869.85</b>	<b>855.019,89</b>	<b>368,479.53</b>	<b>1.177.566,83</b>	<b>507,484.41</b>
Forneecedores	150.000,00	76,710.65	345.000,00	148,681.26	165.013,38	71,114.20	324.799,48	139,975.64
Provisão de IR	30.000,00	15,342.13	49.375,00	21,278.66	36.000,00	15,514.57	49.375,00	21,278.66
Salários a pagar	225.000,00	115,066.97	120.000,00	51,715.22	270.000,00	116,359.25	120.000,00	51,715.22
Empréstimos	300.000,00	153,420.29	450.000,00	193,932.08	360.000,00	155,145.66	450.000,00	193,932.08
IR diferido	-	-	-	-	-	-	4.503,15	1,940.68
Capital <sup>(5)</sup>	75.000,00	41,923.87	125.000,00	65,053.88	90.000,00	38,786.42	147.142,86	63,412.71
Ajuste especial <sup>(6)</sup>		(3,567.54)		(6,192.32)				
Lucros Acumulados	(51.000,00)	(26,082.62)	82.125,00	30,401.07	(65.993,49)	(28,440.57)	81.746,34	35,229.42
<b>PASSIVO E PL</b>	<b>729.000,00</b>	<b>372,813.75</b>	<b>1.171.500,00</b>	<b>504,869.85</b>	<b>855.019,89</b>	<b>368,479.53</b>	<b>1.177.566,83</b>	<b>507,484.41</b>

Fonte: A Autora

- (1) Balanços Patrimoniais dos exercícios de 2000 e 2001 em reais, elaborados pela Legislação Societária e Fiscal Brasileira;
- (2) Balanços Patrimoniais dos exercícios de 2000 e 2001, pela Legislação Societária e Fiscal Brasileira convertidos pelo FAS 52, para o dólar de cotação final de venda em 2000 e 2001;
- (3) Balanços Patrimoniais dos exercícios de 2000 em moeda de 31/12/2001, e 2001 em moeda de 31/12/2001, corrigidos pelo Modelo Brasileiro de Correção Integral;
- (4) Balanços Patrimoniais dos exercícios de 2000 e 2001, pela Correção Integral convertidos para o dólar de cotação final de venda de 2000 e 2001;
- (5) Este item do Balanço Patrimonial foi convertido pelas cotações do dólar nos momentos da integralização e aumento do Capital;
- (6) Este item do Balanço Patrimonial evidencia os efeitos da perda ocorrida pela variação cambial do período.

**Tabela 2 – Conciliação da Conta Ajustes Especiais**

	R\$	Cotação	US\$
<b>Saldo Inicial</b>			<b>(3,567.54)</b>
Capital	75.000,00	1,9554	38,355.32
	75.000,00	2,3204	32,322.01
<b>Diferenças</b>			<b>(6,033.31)</b>
Aumento de Capital	50.000,00	2,1616	23,131.01
	50.000,00	2,3204	21,548.00
<b>Diferenças</b>			<b>(1,583.01)</b>
Lucros Acumulados	(51.000,00)	1,9554	(26,081.62)
	(51.000,00)	2,3204	(21,978.97)
<b>Diferenças</b>			<b>4,102.65</b>
Lucro Líquido	148.125,00	2,3532	62,947.09
	148.125,00	2,3204	63,835.98
<b>Diferenças</b>			<b>888.89</b>
<b>Saldo Final</b>			<b>6,192.32</b>

Fonte: A Autora

**Tabela 3 - Exemplo Teórico**

**Demonstração do Resultado do Exercício findo em 31/12/2001**

	Legislação Societária <sup>(7)</sup>	LS em US\$ <sup>(8)</sup>	CMI <sup>(9)</sup>	CMI em US\$ <sup>(10)</sup>
Vendas	600.000,00	254,975.56	589.446,88	254,028.13
Custo das Mercadorias Vendidas	(300.000,00)	(127,487.78)	(314.498,96)	(135,536.53)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>300.000,00</b>	<b>127,487.78</b>	<b>274,947,92</b>	<b>118,491.60</b>
Despesas com Salários	(110.000,00)	(46,745.52)	(84.545,45)	(36,435.72)
Despesas de Depreciação	(22.500,00)	(9,561.58)	(27.000,00)	(11,635.92)
Despesas Financeiras	(15.000,00)	(6,374.39)	58.636,36	25,269.93
Receita Financeira Comercial	-	-	16.280,41	7,016.20
Despesa Financeira Comercial	-	-	(668,76)	(288.20)
Lucro na venda de imobilizado	45.000,00	19,123.17	18.782,61	8,094.56
Perda no Caixa	-	-	(39.931,56)	(17,208.91)
Ganho no pagamento IR	-	-	1.714,29	738.79
<b>Lucro antes do Imposto de Renda</b>	<b>197.500,00</b>	<b>83,929.47</b>	<b>218.215,81</b>	<b>94,042.33</b>
Provisão de IR (25%)	(49.375,00)	(20,982.36)	(49.375,00)	(21,278.66)
Reversão de Imposto de Renda de 2000	-	-	(1.597,83)	(688.60)
Provisão de Imposto de Renda de 2001	-	-	(4.503,15)	(1,940.68)
<b>Lucro Líquido</b>	<b>148.125,00</b>	<b>62,947.09</b>	<b>162.739,83</b>	<b>70,134.39</b>

Fonte: A Autora

- (07) Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2001, elaborada pela Legislação Societária e Fiscal Brasileira;
- (08) Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2001, pela Legislação Societária e Fiscal Brasileira, convertida pelo FAS 52 para o dólar médio do ano de 2001;
- (09) Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2001, pelo Modelo Brasileiro de Correção Integral;
- (10) Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2001, pela Correção Integral convertidas para o dólar médio do ano de 2001;

**Tabela 4 - Exemplo Teórico (Método Direto)**  
**Demonstração de Fluxo de Caixa em 31/12/2001**

<b>Atividades Operacionais</b>	<b>Legislação Societária<sup>(11)</sup></b>	<b>FASB 95<sup>(12)</sup></b>	<b>CMI<sup>(13)</sup></b>	<b>CMI em US\$<sup>(14)</sup></b>
Recebimento de Clientes	555.000,00	235,852.40	594.037,26	256,006.41
Pagamento a Fornecedores	(150.000,00)	(63,743.89)	(163.636,36)	(70,520.76)
Pagamento de Impostos	(30.000,00)	(12,748.79)	(34.285,71)	(14,775.78)
Pagamento de Salários	(215.000,00)	(91,366.24)	(234.545,46)	(101,079.75)
Pagamento de Juros	(15.000,00)	(6,374.39)	(15.000,00)	(6,464.40)
Perda no Caixa	-	-	(39.931,56)	(17,208.91)
<b>Caixa Líquido Consumido pelas Atividades Operacionais</b>	<b>145.000,00</b>	<b>61,619.09</b>	<b>106.638,17</b>	<b>45,956.81</b>
<b>Atividades de Investimento</b>				
Recebimento pela Venda de Imobilizado	225.000,00	84,228.65	234.782,61	101,181.95
Pagamento pela Compra de Imobilizado	(300.000,00)	(129,288.05)	(300.000,00)	(129,288.05)
<b>Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento</b>	<b>(75.000,00)</b>	<b>(45,059.40)</b>	<b>(65.217,39)</b>	<b>(28,106.10)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>				
Aumento de Capital	50.000,00	23,131.01	57.142,86	24,626.30
Empréstimos de Curto Prazo	150.000,00	65,078.75	163.636,36	70,520.75
Distribuição de Dividendos	(15.000,00)	(6,464.40)	(15.000,00)	(6,464.40)
<b>Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento</b>	<b>185.000,00</b>	<b>81,745.36</b>	<b>205.779,22</b>	<b>88,682.65</b>
Efeito da Variação Cambial no Caixa	-	8,452.47	-	-
<b>Aumento Líquido nas Disponibilidades</b>	<b>255.000,00</b>	<b>106,757.52</b>	<b>247.200,00</b>	<b>106,533.36</b>
<b>Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes a Caixa</b>	<b>39.000,00</b>	<b>19,944.77</b>	<b>46.800,00</b>	<b>20,168.93</b>
<b>Saldo Final de Caixa e Equivalentes a Caixa</b>	<b>294.000,00</b>	<b>126,702.29</b>	<b>294.000,00</b>	<b>126,702.29</b>

**Fonte: A Autora**

- (11) Demonstração de Fluxo de Caixa em 31/12/2001, elaborada pela Legislação Societária e Fiscal Brasileira;  
(12) Demonstração de Fluxo de Caixa em 31/12/2001, pela Legislação Societária e Fiscal Brasileira, convertida pelo FAS 95 para a cotação do dólar no momento em que cada operação ocorreu;  
(13) Demonstração de Fluxo de Caixa em 31/12/2001, pelo Modelo Brasileiro de Correção Integral;  
(14) Demonstração de Fluxo de Caixa em 31/12/2001, pela Correção Integral convertidas para o dólar médio do ano de 2001.

**Tabela 5 - Exemplo Teórico (Método Indireto)**  
**Demonstração de Fluxo de Caixa em 31/12/2001**

<b>Atividades Operacionais</b>	<b>Legislação Societária<sup>(15)</sup></b>	<b>FASB 95<sup>(16)</sup></b>	<b>CMI<sup>(17)</sup></b>	<b>CMI em US\$<sup>(18)</sup></b>
Lucro Líquido	148.125,00	62,947.09	162.739,83	70,134.39
Despesas com Depreciação Acumulada	22.500,00	9,561.58	27.000,00	11,635,92
Lucro na Venda de Imobilizado	(45.000,00)	(19,123.17)	(18.782,61)	(8,094.56)
Despesas Financeiras CP	-	-	(58.636,36)	(25,269.94)

Despesas Financeiras LP	-	-	(15.000,00)	(6,464.40)
Variação de Clientes	(45.000,00)	(19,123.17)	(11.690,02)	(5,037.93)
Variação de Estoques	(45.000,00)	(19,123.17)	(8.254,75)	(3,557.47)
Variação de Fornecedores	195.000,00	82,867.06	159.786,10	68,861.45
Variação de Provisão de Imposto de Renda	19.375,00	8,233.59	13.375,00	5,764.09
Variação de Salários a Pagar	(105.000,00)	(44,620.72)	(150.000,00)	(64,644.03)
Variação de Provisão de IR Antecipado	-	-	1.597,83	688.60
Variação de Provisão de IR Diferido	-	-	4.503,15	1,940.69
<b>Caixa Líquido Consumido pelas Atividades Operacionais</b>	<b>145.000,00</b>	<b>61,619.09</b>	<b>106.638,17</b>	<b>45,956.81</b>
<b>Atividades de Investimento</b>				
Recebimento pela Venda de Imobilizado	225.000,00	84,228.65	234.782,61	101,181.95
Pagamento pela Compra de Imobilizado	(300.000,00)	(129,288.05)	(300.000,00)	(129,288.05)
<b>Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento</b>	<b>(75.000,00)</b>	<b>(45,059.40)</b>	<b>(65.217,39)</b>	<b>(28,106.10)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>				
Aumento de Capital	50.000,00	23,131.01	57.142,86	24,626.30
Empréstimos de Curto Prazo	150.000,00	65,078.75	163.636,36	70,520.75
Distribuição de Dividendos	(15.000,00)	(6,464.40)	(15.000,00)	(6,464.40)
<b>Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento</b>	<b>185.000,00</b>	<b>81,745.36</b>	<b>205.779,22</b>	<b>88,682.65</b>
Efeito da Variação Cambial no Caixa	-	8,452.47	-	-
<b>Aumento Líquido nas Disponibilidades</b>	<b>255.000,00</b>	<b>106,757.52</b>	<b>247.200,00</b>	<b>106,533.36</b>
<b>Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes a Caixa</b>	<b>39.000,00</b>	<b>19,944.77</b>	<b>46.800,00</b>	<b>20,168.94</b>
<b>Saldo final de Caixa e Equivalentes a Caixa</b>	<b>294.000,00</b>	<b>126,702.29</b>	<b>294.000,00</b>	<b>126,702.29</b>

**Fonte: A Autora**

- (15) Demonstração de Fluxo de Caixa em 31/12/2001, elaborada pela Legislação Societária e Fiscal Brasileira;  
 (16) Demonstração de Fluxo de Caixa em 31/12/2001, pela Legislação Societária e Fiscal Brasileira, convertida pelo FAS 95 para a cotação do dólar no momento em que cada operação ocorreu;  
 (17) Demonstração de Fluxo de Caixa em 31/12/2001, pelo Modelo Brasileiro de Correção Integral;  
 (18) Demonstração de Fluxo de Caixa em 31/12/2001, pela Correção Integral convertidas para o dólar médio do ano de 2001.

**Informações complementares para elaboração do Modelo Brasileiro de Correção Integral**

- a) As despesas financeiras foram pagas;  
 b) Custo do imobilizado vendido R\$ 225.000, já depreciado em R\$ 45.000;  
 c) O estoque de 2000 foi comprado em 30/09/00 com prazo de 182 dias;  
 d) Vendas a prazo em 30/06/01 sendo R\$ 195.000 com 270 dias e R\$ 405.000 com 92 dias;  
 e) O estoque de 2001 foi comprado em 30/09/01 com prazo de 182 dias.

**Tabela 6 – Cotações do Dólar**

Data	PTAX	Data	PTAX	Data	PTAX
jan-99	1,9832	jan-00	1,8024	jan-01	1,9711
fev-99	2,0648	fev-00	1,7685	fev-01	2,0452
mar-99	1,7220	mar-00	1,7473	mar-01	2,1616
abr-99	1,6607	abr-00	1,8067	abr-01	2,1847
mai-99	1,7240	mai-00	1,8266	mai-01	2,3600

**Tabela 7 – UMC e Indexadores**

Data	UMC	Taxa de juros
30/09/2000	9,70	1,60% 30 dias
31/12/2000	10,00	1,50% 31 dias
31/03/2001	10,50	1,70% 30 dias
30/06/2001	11,00	2,30% 32 dias
30/09/2000	11,50	2,00% 33 dias

jun-99	1,7695	jun-00	1,8000	jun-01	2,3049	31/12/2001	12,00	2,10%	31 dias
jul-99	1,7892	jul-00	1,7748	jul-01	2,4313	<b>Fonte: A Autora</b>			
ago-99	1,9159	ago-00	1,8234	ago-01	2,5517				
set-99	1,9223	set-00	1,8437	set-01	2,6713				
out-99	1,9530	out-00	1,9090	out-01	2,7071				
nov-99	1,9227	nov-00	1,9596	nov-01	2,5287				
dez-99	1,7890	dez-00	1,9554	dez-01	2,3204				

**Fonte: SISBACEN**

PTAX: Taxa média de venda do US\$ Comercial - valor do último dia útil do mês.

**Tabela 8 - Fluxo de Caixa Nominal**

Operações		R\$	Cotação	US\$	Cotação	US\$	Diferenças
31/12/2000	Saldo Inicial	39.000,00	1,9554	19,944.77	2,3204	16,807.45	(3,137.32)
31/3/2001	Recebimentos de Clientes de 2000	150.000,00	2,3532	63,743.89	2,3204	64,644.02	900.14
31/3/2001	Pagamento de Impostos	(30.000,00)	2,3532	(12,748.78)	2,3204	(12,928.81)	(180.03)
31/3/2001	Aumento de Capital	50.000,00	2,1616	23,131.01	2,3204	21,548.00	(1,583.01)
30/6/2001	Pagamento a Fornecedores 2000	(150.000,00)	2,3532	(63,743.89)	2,3204	(64,644.03)	(900.14)
30/6/2001	Pagamento de salários	(215.000,00)	2,3532	(91,366.24)	2,3204	(92,656.44)	(1,290.19)
30/6/2001	Empréstimo de curto prazo	150.000,00	2,3049	65,078.74	2,3204	64,644.03	(434.72)
30/9/2001	Recebimentos de Clientes de 2001	405.000,00	2,3532	172,108.51	2,3204	174,538.87	2,430.37
30/9/2001	Recebimento pela venda de imobilizado	225.000,00	2,6713	84,228.65	2,3204	96,966.03	12,737.38
31/12/2001	Pagamento de Juros	(15.000,00)	2,3532	(6,374.39)	2,3204	(6,464.40)	(90.01)
31/12/2001	Pagamento pela compra de imobilizado	(300.000,00)	2,3204	(129,288.05)	2,3204	(129,288.05)	-
31/12/2001	Distribuição de dividendos	(15.000,00)	2,3204	(6,464.40)	2,3204	(6,464.40)	-
	Saldo que deveria existir em						
	Disponibilidades em 31/12/2001			118,249.82			
	Saldo existente em Disponibilidades em						
	31/12/2001	294.000,00	2,3204	126,702.29			
	Ganhos na Conversão			8,452.47			

**Fonte: A Autora**

**Tabela 9 - Conciliação dos Efeitos da Variação Cambial no Caixa**

Data	Operações	Valores em R\$	Cotação	Valores em US\$	Tipo
31/12/2000	Saldo Inicial	39.000.00	1,9554	19,944.77	Dólar da Conversão
		39.000,00	2,3204	16,807.45	Dólar do final
				<b>(3,137.32)</b>	
31/3/2001	Recebimentos de Clientes de 2000	150.000,00	2,3532	63,743.89	Dólar da Conversão
		150.000,00	2,3204	64,644.03	Dólar do final
				<b>900.14</b>	
31/3/2001	Pagamento de Impostos	(30.000,00)	2,3532	(12,748.78)	Dólar da Conversão
		(30.000,00)	2,3204	(12,928.81)	Dólar do final
				<b>(180.03)</b>	
30/6/2001	Pagamento a Fornecedores de 2000	(150.000,00)	2,3532	(63,743.89)	Dólar da Conversão
		(150.000,00)	2,3204	(64,644.03)	Dólar do final
				<b>(900.14)</b>	

30/6/2001	Pagamento de salários	(215.000,00)	2,3532	(91,366.24)	Dólar da Conversão
		(215.000,00)	2,3204	(92,656.44)	Dólar do final
				<b>(1.290.19)</b>	
30/9/2001	Recebimentos de Clientes de 2001	405.000,00	2,3532	172,108.51	Dólar da Conversão
		405.000,00	2,3204	174,538.87	Dólar do final
				<b>2.430.36</b>	
31/12/2001	Pagamento de Juros	(15.000,00)	2,3532	(6,374.39)	Dólar da Conversão
		(15.000,00)	2,3204	(6,464.40)	Dólar do final
				<b>(90.01)</b>	
30/9/2001	Recebimento pela venda de imobilizado	225.000,00	2,6713	84,228.65	Dólar da Conversão
		225.000,00	2,3204	96,966.03	Dólar do final
				<b>12.737.38</b>	
31/12/2001	Pagamento pela compra de imobilizado	(300.000,00)	2,3532	(127,487.78)	Dólar da Conversão
		(300.000,00)	2,3532	(127,487.78)	Dólar do final
				-	
31/3/2001	Aumento de Capital	50.000,00	2,1616	23,131.01	Dólar da Conversão
		50.000,00	2,3204	21,548.00	Dólar do final
				<b>(1.583.01)</b>	
30/6/2001	Empréstimo de curto prazo	150.000,00	2,3049	65,078.75	Dólar da Conversão
		150.000,00	2,3204	64,644.03	Dólar do final
				<b>(434.72)</b>	
31/12/2001	Distribuição de dividendos	(15.000,00)	2,3532	(6,374.39)	Dólar da Conversão
		(15.000,00)	2,3532	(6,374.39)	Dólar do final
				-	
Saldo de Dólar de conversão				<b>120,140.10</b>	
Saldo de Dólar de final				<b>128,592.57</b>	
Ganho na Conversão				<b>8,452.47</b>	

Fonte: A Autora

#### 4.2. Análise dos Resultados Encontrados

Após a elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa e conversão, para o Dólar pelo FASB 95 e pelo Modelo Brasileiro, é possível fazer uma análise comparativa sobre os números obtidos, torna-se necessário enfatizar que no processo de conversão utilizando a metodologia proposta pelo FASB que por não considerar os efeitos que as taxas de inflação vigentes no período da ocorrência dos eventos que integram a Demonstração de Fluxo de Caixa podem provocar nos números, e que por isso foi proposta a utilização do Modelo Brasileiro para se realizar as conversões.

A Demonstração de Fluxo de Caixa elaborada pelo Método Direto quando convertida pelo FASB 95, apresenta no item Recebimento de Clientes que a empresa tem a receber US\$: 221,004.62, enquanto que pelo Modelo Brasileiro este mesmo item apresenta um surpreendente ganho de 15,84% em relação ao que tinha a receber pelo FASB, pois seu valor a receber passou para US\$: 256,006.41, assim a empresa irá receber mais do que se imaginava de início, pois seu valor a receber foi corrigido desde o momento em que se realizou a venda, se o valor não tivesse sido corrigido a empresa estaria perdendo US\$: 35,001.79 em função das taxas de inflação ocorridas no período, que provocam esta defasagem; porém, quando se

observa a situação da empresa quanto às obrigações que fazem parte de suas Atividades Operacionais, ela já não terá o mesmo ganho que obteve no recebimento de clientes, pelo contrário, ela terá que desembolsar mais do que o previsto, pois suas obrigações, quando convertidas pelo FASB que não exige que se considere a perda de valor da moeda no tempo, gerou valores sem correção, portanto menores, enquanto que pelo Modelo Brasileiro ocorreu a atualização das dívidas pela moeda de final de período, com isso os valores das dívidas foram maiores, devido a esta correção.

Na conversão pelo FASB não foram evidenciadas perdas no caixa, pelo Modelo Brasileiro foi evidenciado perdas que totalizaram US\$: 17,208.91, prejuízo este representado pela perda de poder aquisitivo da moeda em função da inflação ocorrida no período, a qual o FASB não considera durante o processo de conversão.

A Demonstração de Fluxo de Caixa elaborada pelo Método Indireto quando convertida pelo FAS 95, apresenta uma visão um pouco diferente, entretanto os resultados são os mesmos, pois a questão inflacionária continua sendo relevante na análise dos números obtidos, este método é elaborado com as variações em cada uma das operações que compõem as Atividades Operacionais, e há a presença de itens que afetam o resultado, mas que não transitaram pelo caixa, como as Despesas com Depreciação Acumulada. O Lucro Líquido que é o ponto de partida das Atividades Operacionais, pelo FASB foi de US\$ 62,947.09 e o caixa consumido pelas Atividades Operacionais foram de US\$ 61.619,10, ou seja, estas atividades consumiram quase todo o lucro obtido no período. Já este mesmo Lucro Líquido quando convertido para o dólar, após ter sido atualizado em conjunto com as demais atividades operacionais, mostra uma situação diferente, o Lucro Líquido pelo Modelo Brasileiro foi de US\$ 70,134.39, enquanto que o caixa consumido pelas Atividades Operacionais foi de US\$ 45,956.81, mostrando que o lucro da empresa fictícia, foi utilizado não tão somente pelas Atividades operacionais da empresa, mas também pelas demais atividades.

Nas Atividades de Investimento quando se compara o valor obtido através da utilização das duas metodologias de conversão para o item de Recebimento pela Venda de Imobilizado, verifica-se que a empresa deixará de ter um ganho de 20%, se tão somente considerar o valor obtido pelo FASB, ela estará recebendo US\$: 84,228.65, entretanto se a empresa utilizar o Modelo Brasileiro de conversão, ela estará recebendo US\$: 101,181.96, ou seja, a empresa terá em ganho de 20,13%, e este acréscimo de US\$: 16,953.31 que é real, estará evidenciado em suas demonstrações.

Nas Atividades de Financiamento a principal divergência decorre dos valores de empréstimos de curto prazo, que pelo FASB foram de US\$: 65,078.75 e pelo Modelo Brasileiro totalizaram US\$: 70,520.76, ou seja, a empresa terá que desembolsar mais dólares para quitar seus empréstimos, pois os valores do Modelo Brasileiro estão corrigidos de acordo com as taxas de inflação ocorridas no período.

Os demais itens componentes da Demonstração de Fluxo de Caixa, também apresentaram relevantes distorções decorrentes da não consideração da questão inflacionária durante o processo de conversão, gerando perdas em alguns itens e ganhos em outros itens para a empresa, excetuando-se, os itens que ocorreram exatamente na data de final de exercício, pois estes já estavam em moeda de poder aquisitivo de final de período e por este motivo não apresentaram diferenças.

Numa análise geral dos números obtidos através da conversão pelo FASB, percebe-se que os números da empresa só não foram piores, por que quando se realiza a conversão pelos critérios do FASB cuja orientação é pela utilização da taxa de câmbio vigente no dia em que cada transação ocorreu, ou pelo uso de uma taxa média ponderada periódica que aproxime os dois resultados, e quando se verifica que as cotações do dólar no período variaram bastante,

com picos de 1 dólar custando R\$: 2,7071, mas com cotação final de R\$: 2,3204 para cada dólar, daí conclui-se o porquê de ter ocorrido um ganho em função da variação cambial, pois houve momentos em que os números foram superavaliados, gerando um ganho para a empresa de US\$: 8,452.47 em função da variação das cotações do dólar no período.

Observando-se a tabela 9 que contém a Conciliação dos efeitos da Variação Cambial no Caixa, verifica-se que houve uma perda de US\$: 3,137.32 no saldo inicial, o mesmo ocorreu com os valores a receber do ano de 2000 de clientes, que diminui em US\$: 4,749.02, entre outros itens em que também ocorreram perdas decorrentes do efeito da variação cambial no caixa. Mas esta mesma variação também acarretou em ganhos para a empresa, como nos recebimentos de clientes do ano de 2001, que acarretou em US\$: 22,927.30 de ganho para a empresa, outra operação que adicionou ganho para a empresa foi o recebimento pela venda de imobilizado, que gerou uma receita adicional de US\$: 12,737.39, em função da variação cambial ocorrida no período.

Após esta análise cabe ressaltar que, tanto às questões inflacionárias quanto os efeitos da variação cambial devem, obrigatoriamente serem considerados quando se realizam conversões de Demonstrações de Fluxo de Caixa para moeda estrangeira de países que ainda sofrem com os efeitos da inflação, mesmo que em menores índices, em suas economias.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para elaborar estas demonstrações em moeda considerada forte, as empresas utilizam o FAS 52, que é a metodologia de conversão mundialmente aceita, mas o FAS 52 não considera às questões inflacionárias do país de origem das demonstrações, questões essas que podem acarretar em significativas distorções nos números encontrados, induzindo a interpretações erradas dos dados obtidos, desta forma existe a necessidade de corrigir os números pelas taxas de inflação do período em que se apuraram as demonstrações. Desta maneira surge à proposta de realizar as conversões para uma moeda forte utilizando o Modelo Brasileiro de Correção Monetária Integral.

A Correção Monetária Integral foi utilizada no Brasil até o ano de 1995, quando foi revogada a lei que a tornava obrigatória para corrigir os números das demonstrações, pela inflação do período. Desde esta data as algumas empresas somente a empregam para fins gerenciais, pois os números quando corrigidos pelas taxas de inflação ocorridas no período, são reais, sem distorções. Com relação ao problema da pesquisa e ao objetivo do trabalho, esta análise permitiu enfatizar algumas observações:

Conforme os resultados apresentados nesta análise, percebe-se que as conversões quando realizadas pela metodologia proposta pelo FASB não consideram os efeitos da inflação existente no país de origem das demonstrações o que acarreta em distorções consideráveis, pois o FAS 52, foi criado para ser utilizado em países que tenham moeda não inflacionária, mas tem sido utilizado em países com moeda inflacionária.

A conversão de Demonstrações Contábeis para moeda forte, quando realizada pela metodologia proposta pelo Modelo Brasileiro apresenta números mais confiáveis e próximos da realidade econômico-financeira da empresa, pois eles foram corrigidos pelas taxas de inflação vigentes no país de origem das demonstrações, desta maneira não há ilusões, os números refletem o que de fato ocorreu.

Na análise do exemplo fictício a questão inflacionária foi bastante relevante, e os mesmos fatos podem perfeitamente ocorrer em Demonstrações Contábeis de empresas reais, de países que tenham moedas não tão fortes e mais sujeitas às questões inflacionárias. Estes fatos abrem caminhos para uma nova proposta de pesquisa a ser realizada futuramente.

## 6. REFERÊNCIAS:

ANÁLISE comparativa dos métodos “FAS 8 e FAS 52” de conversão de demonstrações contábeis em moeda estrangeira (1º parte) – **IOB: Temática contábil e balanços**, bol. 35, 1995.

ANÁLISE comparativa dos métodos “FAS 8 e FAS 52” de conversão de demonstrações contábeis em moeda estrangeira (2º parte) – **IOB: Temática contábil e balanços**, bol. 36, 1995.

ANÁLISE comparativa dos métodos “FAS 8 e FAS 52” de conversão de demonstrações contábeis em moeda estrangeira (3º e última parte) – **IOB: Temática contábil e balanços**, bol. 37, 1995.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Câmbio e capitais estrangeiros**. taxas de câmbio. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 04 jun. 2004.

BARBIERI, Geraldo - **Fluxo de caixa**: modelo para bancos múltiplos; 1995. 262 f. Tese. (Doutoramento em Ciências Contábeis), FEA-USP, São Paulo 1995.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Legislação e regulamentação**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 04 jun. 2004.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Legislação**. Resoluções. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 04 jun. 2004.

CONVERSÃO de demonstrações contábeis em moeda estrangeira: Introdução e “FAS-8” (1º parte) – **IOB: Temática contábil e balanços**, bol. 24, 1995.

CONVERSÃO de demonstrações contábeis em moeda estrangeira: O “FAS 52” (1º parte) – **IOB: Temática contábil e balanços**, bol. 30, 1995.

CONVERSÃO de demonstrações contábeis em moeda estrangeira: O “FAS 52” (2º parte) – **IOB: Temática contábil e balanços**, bol. 31, 1995.

CONVERSÃO de demonstrações contábeis em moeda estrangeira: O “FAS 52” (3º e última parte) – **IOB: Temática contábil e balanços**, bol. 32, 1995.

ENDO, Seiti kaneko. **Contribuição ao estudo da correção monetária**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. Disponível em: <<http://www.fasb.org>>. Acesso em: 04 jun. 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações** (aplicável às demais sociedades). 5. ed. São Paulo: Atlas: FIPECAFI, 2000.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Conversão de demonstrações contábeis para moeda estrangeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUIZ, José Carlos. **Conversão de balanço para moeda estrangeira**. Disponível em: <[://www.fundeg.br/revista/josecarlos.htm](http://www.fundeg.br/revista/josecarlos.htm)>. Acesso em: 04 jun. 2004.

SILVA, Edna L; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3. ed. Florianópolis, UFSC, 2001.